

ESCLARECIMENTO

REVISÃO DE BENEFÍCIOS (URV)

A Diretoria Executiva da Real Grandeza, em vista de questões históricas e ainda pendentes de solução relacionadas ao seu Plano de Benefício Definido, não tem medido esforços para manter um canal de diálogo franco com as entidades representativas dos seus participantes e assistidos. Coerente com a política de portas abertas praticada desde o primeiro dia desta gestão, foi estabelecido, inclusive, um cronograma para realização de reuniões periódicas, em que todas as entidades têm tido oportunidade de se manifestar. Por tudo isso, causou estranheza o tratamento dado pela Após-Furnas à questão da revisão dos benefícios concedidos pelo INSS no período de março de 1994 a fevereiro de 1997 (revisão da URV), em que a entidade assume uma clara atitude de confronto, incompatível com o grau de diálogo alcançado, ainda que esta gestão considere absolutamente legítimo o direito de reivindicar.

Todas as decisões tomadas até aqui refletem uma conduta baseada na legalidade, na transparência e na ética, bem como no respeito aos direitos individuais e coletivos, razão pela qual a Diretoria Executiva decidiu acatar parecer de renomado jurista contrário à revisão de benefícios para incorporação de ajustes relativos à URV. Vale dizer que a questão é complexa, pois pode envolver, inclusive, a redução de benefícios, a exemplo do que já ocorreu em diversos fundos de pensão.

Em nome da postura transparente que tem norteado a atuação da Diretoria Executiva – e para que não parem dúvidas sobre a decisão a ser tomada – submeteremos à apreciação do Conselho Deliberativo, na reunião do dia 25 de julho, uma lista tríplice de renomados juristas para a contratação de um novo parecer.

A DIRETORIA EXECUTIVA